

SINOPSE DE REUNIÃO

“Câmara Técnica de Saneamento e Drenagem”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 173/2020 de 26 de agosto de 2020	
Data: 10/09/2020 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Sandra Bárbara (IPEDS); Luiz Carlos Teixeira (P.M.C.F); Marcos Felipe Vargas (P.M.C.F); Daiana Cabral (P.M.S.P.A); Bernardo Corty (P.M.A.B); Renato Gullo (CAJ); Amanda Bulhões (PROLAGOS); Fernando Barbosa (CNA); Diego Moraes (OAB-Iguaba Grande). Convidados: Eduardo Pimenta (UVA); Eloah Soares (P.M.I.G); Aline Lazáro (Ass. Raízes); Mario Flavio (P.M.C.F); Josélio (Suplaj/Inea); Adriana Saad (CILSJ); Luís Fernando Faulstich (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Roberto Viana (Observação-CF).	
Pauta: 1 – Aprovação das minutas de sinopses de reunião (12/05/2020 e 13/03/2020); 2 – Mudança da localidade do projeto aprovado de Cabo Frio, com mesmo do valor; 3 – Solicitação de recurso para apoio na recuperação ambiental da Lagoinha, em Arraial do Cabo; 4 – Assuntos gerais.	
Resumo: A Sra. Sandra Bárbara, Coordenadora da Câmara Técnica, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida abordou o primeiro item de pauta, sobre a aprovação das minutas de sinopses de reunião dos dias 12/05/2020 e 13/03/2020. Ambas foram aprovadas sem ressalva. Prosseguiu-se para o segundo item de pauta, sobre a mudança da localidade do projeto aprovado de Cabo Frio, com mesmo do valor. A Sra. Adriana Saad, Secretária Executiva do CILSJ, contextualizou que foi aprovado o valor de R\$780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), aproximadamente, para implantação de caixas de areia de retenção dos sedimentos oriundas da drenagem pluvial no bairro Praia do Siqueira, em Cabo Frio e que a PROLAGOS ajudou, contratando uma terceirizada que faria os projetos básicos, para que o CILSJ pudesse licitar o projeto executivo e a obra. Concomitantemente, a PROLAGOS foi cobrada, pelo Poder Concedente, por ações que foram estipuladas na REVISÃO QUINQUENAL e que não havia executado ainda. Com isso, o CBHLSJ e o CILSJ mobilizaram, junto ao Ministério Público Federal e ao Poder Concedente, uma intervenção, pedindo que a concessionária cumprisse com as obrigações, e, além disso, ajudasse os municípios na limpeza do lodo que ficava acumulado nos canais de drenagem. Dessa maneira, o Ministério Público Federal deliberou um conjunto de ações, que deveriam ser executadas pela PROLAGOS, e uma delas, era a construção das caixas de areia. Sendo assim, o recurso do comitê que seria destinado para a contratação da obra das caixas de areia poderia ser investido em outro projeto para o mesmo local e com o mesmo valor. Com isso, foi proposto pelo CILSJ e pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, que o recurso fosse destinado para a implantação de rede separativa de esgoto na Praia do Siqueira, porém, o recurso disponível não conseguiria contemplar o bairro inteiro. A Sra.	

Sandra Bárbara questionou se haveria algum acréscimo na conta d'água com as novas propostas de projeto. A Sra. Adriana respondeu que o projeto de rede separativa de esgoto seria executado com o recurso do comitê e as demais ações, que seriam executadas pela PROLAGOS, ficariam a cargo da mesma, e, por isso, não haveria acréscimo na conta d'água. A Sra. Sandra Bárbara questionou se teria alguma proposta de aprimoramento da ETE Cabo Frio. O Sr. Mario Flavio, Secretário de Meio Ambiente do município de Cabo Frio, esclareceu que não, já que não haveria acréscimo de demanda e nesse momento essa proposta não está incluída nesse projeto. Elucidou que este tema estaria atrelado as proposta de emissário e transposição, e não teria relação com assunto que estava sendo discutido naquele momento. A Sra. Daiana Cabral, da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, questionou se na proposta de projeto estaria contemplado a ligação domiciliar à rede separativa ou se os moradores teriam que arcar com os custos da conexão. A Sra. Adriana Saad respondeu que os custos da ligação domiciliar já estariam contemplados na proposta de projeto, seguindo o mesmo modelo executado no bairro Monte Alto, em Arraial do Cabo. A Sra. Daiana Cabral alertou que, após execução das obras, o Comitê e o poder concedente deveriam ficar atentos se a Concessionária de água e esgoto iria cobrar a taxa de ligação aos moradores, pois este problema havia acontecido no município de São Pedro da Aldeia. Em relação aos estudos de proposta de transposição apresentados, pela PROLAGOS, o Sr. Bernardo Corty, da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, questionou se o objeto de estudo da proposta seria a ETE Cabo Frio. A Sra. Adriana Saad lembrou que a proposta, em 2013, era converter a ETE Jardim Esperança para uma estação terciária, e só assim, seria feito a transposição da ETE Cabo Frio para a ETE Jardim Esperança. Questionada sobre uma previsão para a contratação do projeto de rede separativa de esgoto, a Sra. Adriana Saad respondeu que, provavelmente, esse ano, ainda, seria feito a licitação. Não havendo mais colocações por parte dos membros presentes, a proposta de realocação do recurso foi aprovada. Prosseguiu-se então para o terceiro item de pauta, sobre a solicitação de recurso para apoio na recuperação ambiental da Lagoinha, em Arraial do Cabo, a Sra. Adriana Saad contextualizou que em períodos de fortes chuvas a Prainha, em Arraial do Cabo, recebia água com esgoto oriundo do transbordamento da Lagoinha, e, por isso, a PROLAGOS fez um cinturão de esgoto no local para tentar evitar o problema. Com isso, a Prefeitura do município estaria com um projeto de utilizar o local como área de lazer para a população, no entanto, seria necessário fazer a dragagem da Lagoinha para a retirada do lodo, sendo assim, foi questionado, pelo Prefeito de Arraial do Cabo, se o CBHLSJ poderia disponibilizar algum recurso para a contratação do projeto. Acrescentou que o tema foi colocado em pauta para que os membros possam analisar e, caso aprovado, seria discutido na próxima Plenária. A Sra. Sandra Bárbara afirmou que não estava incluído nas competências dessa Câmara Técnica discussões sobre dragagem, uma vez que se tratava de um passivo ambiental, e, com isso, sugeriu que o tema fosse discutido direto na Plenária do Comitê ou no Subcomitê competente. O Sr. Mario Flavio externou que o assunto poderia ser discutido nesta câmara técnica, uma vez que estaria relacionado com saneamento e dragagem. Foi esclarecido que o termo correto era drenagem, e não dragagem. A Sra. Adriana Saad complementou que o projeto estaria orçado no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), aproximadamente, e informou que o recurso disponibilizado para 2020, em obras de saneamento, estava totalmente comprometido, devido ao projeto no município de Saquarema, e, por isso, teria que sair de outras rubricas. A Sra. Sandra Bárbara corroborou com a fala da Sra. Adriana Saad, reafirmando que não se tratava de um assunto de competência desta câmara técnica. A Sra. Adriana Saad sugeriu então que o tema fosse encaminhado à Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos, devido a sua especificidade. O Sr. Eduardo Pimenta, Vice-presidente do CBHLSJ, concordou com a Sra. Adriana Saad e afirmou que estava de acordo com a transferência da pauta para a câmara técnica competente. O Sr. Fernando Barbosa, do Clube Náutico de Araruama, expressou que a Prefeitura do município de Arraial do Cabo deveria assumir os custos. A Sra. Sandra Bárbara corroborou com a fala do Sr. Fernando Barbosa, e acrescentou que tratava-se de um passivo ambiental, que foi

negligenciado pela Prefeitura. O Sr. Mario Flavio afirmou que outros municípios também estariam com problemas de assoreamento em lagoas pequenas e iriam pleitear o recurso do comitê para a recuperação destas, porém, provavelmente, o recurso não conseguiria abranger a todos. A Sra. Sandra Bárbara corroborou com a fala Sr. Mario Flavio, e, exatamente pela extensão dessa proposta, externou que era contra a utilização do recurso do comitê para o projeto em questão, nesse momento, além do que, não havia previsão orçamentaria do recurso de obras de saneamento para intervenções dessa natureza, o que foi corroborado pela Sra. Adriana. O Sr. Eduardo Pimenta reafirmou que levaria o tema para ser discutido na Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos, com todas as colocações discutidas pelos membros desta reunião. O Sr. Bernardo Corty ressaltou sobre o problema de assoreamento em diversas lagoas no município de Armação dos Búzios, e externou que seria de grande ajuda se o comitê disponibilizasse, de forma democrática para todos os municípios, recursos para ação de dragagem nessas lagoas. O Sr. Mario Flavio corroborou com a fala do Sr. Bernardo Corty. A Sra. Adriana Saad colocou que o assunto poderia ser discutido, também, na Câmara Técnica de Monitoramento. Não havendo mais manifestações sobre o item “3” do ponto de pauta, passou-se para Assuntos Gerais. Referente aos ofícios que foram solicitados na reunião do dia 11/12/2019, enviados à PROLAGOS e à Concessionária Águas de Juturnaíba, a Sra. Sandra Bárbara informou que as respostas foram dadas de forma oral em reunião e solicitou que as respostas fossem formalizadas junto à câmara técnica via Carta. A Sra. Amanda Bulhões, da PROLAGOS, informou que acreditava que essa formalização já havia sido feito, porém, iria confirmar junto ao regulatório da empresa. Prosseguiu-se com a explanação do retorno do ofício que pedia informações sobre os valores de ligação à rede separativa, a PROLAGOS informou que era feito a cobrança da taxa de ligação domiciliar, quando o projeto era financiado pelos recursos da mesma, mesma e que não estivesse contemplando a ligação de esgoto. A Sra. Sandra complementou, informando ser exceto para os casos que possuem tarifa social. Porém, caso o projeto fosse financiado com o recurso do comitê ou qualquer outro recurso, a taxa não seria cobrada, desde que esse custo fosse contemplado na execução da obra. Quanto à resposta da Concessionária Águas de Juturnaíba, a mesma respondeu de que não havia cobrança de taxa de ligação domiciliar, somente em casos de solicitação de caixa específica, feita pelo próprio morador. Sobre o ofício que pedia informações sobre as obras de saneamento estipuladas no Contrato de Concessão, foi informado que ainda não houve retorno das concessionárias. A Sra. Adriana Saad sugeriu que as concessionárias apresentassem uma tabela, listando as propostas de cada Revisão Quinquenal e discriminando o que foi executado e o que não foi executado, e nos casos das obras, aprovadas pela Agenersa, que ainda não foram executadas, se houve a cobrança na conta d’água da população. A Sra. Sandra Bárbara corroborou com a fala da Sra. Adriana Saad, e acrescentou que tais informações ajudariam nos esclarecimentos de dúvidas, relativo ao assunto, e nivelamento das discussões dentro do Comitê. O Sr. Fernando Barbosa sugeriu que, depois de disponibilizado as informações, fossem averiguado a veracidade destas. A Sra. Sandra Bárbara concordou com a colocação do Sr. Fernando Barbosa, exprimindo que essa era uma das competências do comitê. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Sra. Sandra Bárbara agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Samara Miranda, revisado por Luís Fernando Faulstich | **Data da Aprovação:** 03/11/2020

São Pedro da Aldeia, 03 de novembro de 2020.



SANDRA BÁRBARA DE SOUZA
Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento e Drenagem
CBHLSJ